

UMA ESCOLA TIMBIRA

SUBSÍDIOS PARA UMA DISCUSSÃO

Parte I – Os Timbira

Apresentação:

A proposta da **Escola Timbira** é resultado de um processo de discussão entre a Comissão de Professores Timbira, a equipe do Programa de Educação Escolar Indígena do CTI e os professores Timbira participantes dos cursos e atividades de formação continuada organizado pelo CTI. É resultado também de uma prática educativa de vários anos junto aos grupos Timbira, principalmente na implantação de escolas, formação de professores, elaboração de material didático.

A **Escola Timbira** já vem sendo parcialmente implementada, e em forma experimental, em algumas das aldeias Timbira. Mas é fundamental o seu reconhecimento pelas instâncias governamentais responsáveis pela condução das políticas educacionais nas áreas indígenas. A importância deste reconhecimento não só por um direito adquirido, mas fundamentalmente por reforçar a identidade Timbira entre os 6 povos, Krahô, Apinajé, Krikati, Pykobjê, Apãniekra e Ramkokamekra que formam hoje o que Nimuendajú, designava em 1946, como o **País Timbira**.

“ os Timbira têm consciência de que são tribos de uma grande unidade étnica, cujas características mais importantes são, segundo eles, além da língua mais ou menos igual, sobretudo o sulco horizontal no cabelo, as rodela auriculares, a aldeia circular e a corrida de toras” (Nimuendajú, 1946)

Existem algumas diferenças sociais e linguísticas entre os diferentes grupos Timbira, mas de modo geral estes grupos são suficientemente similares para serem considerados conjuntamente. Os Timbira caracterizam-se pelo seu «conservantismo» cultural. Apesar dos 150 anos de contato continuam mantendo a língua como um

sistema vivo e operante, a sua organização social e política, a circularidade de suas aldeias, a profusão de seus rituais.

Entretanto a política indigenista oficial, do SPI à FUNAI, tratou individualmente cada um destes povos, não considerando-os como uma só nação: Timbira. Concretamente os deslocamentos (procura de curadores, alianças matrimoniais, busca de cantadores) entre as diversas aldeias era dificultado ao extremo, sem contar o estabelecimento de qualquer plano conjunto de ação. Esta situação se repete, no caso específico da educação, quando esta área passa a ser responsabilidade das Secretarias de Estado. Cada Secretaria passa a tratar, na alçada de sua responsabilidade, o conjunto dos "índios" do seu Estado, no caso o Maranhão e o Tocantins, reforçando assim uma política equivocada para se pensar o conjunto dos povos Timbira.

A proposta de uma **Escola Timbira**, vem assim recuperar, em termos de uma ação oficial, o reconhecimento da unidade sócio-cultural dos povos Timbira. Entretanto, nesta proposta não se está considerando os Gavião-Parkatejê do Pará, cuja história de contato e situação atual são por demais particulares.

Breve histórico

Os Timbira ocupavam, tradicionalmente, uma grande extensão de terra situada nos cerrados do norte do antigo Goiás e sul do Maranhão, regiões que foram sendo gradativamente ocupadas a partir do século passado por frentes de penetração agro-pastoris, vindas principalmente do Piauí.

O contato com os civilizados data do século XVIII. Em 1728 registra-se uma grande invasão Timbira na localidade de Oeiras, então capital da capitania do Piauí. Porém, já na segunda metade do mesmo século não há mais notícia de presença Timbira a leste do rio Parnaíba. Foram as fazendas de gado em expansão da Bahia para o Piauí e daí para o Maranhão que entraram em choque com eles, empurrando-os para oeste.

No norte do Maranhão, área florestal, desenvolviam-se então as grandes plantações de arroz e algodão. Essa atividade também fazia pressão sobre os grupos Timbira, porque necessitava de escravos para as plantações e para os descaroadouros de algodão. Um outro mercado de escravos era Belém, que se comunicava com a região ocupada pelos Timbira por meio do rio Tocantins. Favorecia a escravização dos Timbira

uma Carta Régia de 5 de setembro de 1811, que permitia a escravidão temporária dos índios do Tocantins e Araguaia que resistissem aos colonizadores. Os índios eram combatidos por tropas constituídas de civis e militares e ainda por índios cooptados, como os Krahô, para que se aliassem nas correrias aos demais Timbira.

O conhecimento desse período nos é dado principalmente pelas memórias escritas pelo comandante militar Francisco de Paula Ribeiro, que combatia os índios, mas não aprovava as ciladas, promessas não cumpridas e escravidão imposta àqueles que se mostravam propensos a estabelecer relações pacíficas.

A conquista das terras Timbira pelos brancos se efetivou em sua maior extensão no primeiro quartel do século XIX. As disposições levadas a efeito no tempo do segundo imperador alcançaram de modo muito diluído os Timbira e não impediram que ficassem à mercê dos interesses dos criadores de gado e comerciantes regionais: a retomada das missões, sobretudo com capuchinhos italianos, a partir de 1845; as diretorias provinciais dos índios; as colônias militares. Na área florestal, as exportações de algodão e arroz do norte maranhense caíram, dando lugar a uma época de estagnação.

Talvez não seja exagero dizer que, após os grandes choques armados do começo do século XIX, a história dos povos Timbira é um contínuo definhamento que dura até meados do século seguinte. Os remanescentes das diferentes etnias que sobravam após massacres, epidemias, expulsão da terra, iam engrossar a população daquelas que não estavam, temporariamente, enfrentando tais problemas, dando-lhes um reforço na manutenção da cultura Timbira.

É possível distinguir três situações de contato dos grupos Timbira com a sociedade nacional com base na principal atividade econômica regional:

- a) os que tiveram contato com as fazendas de criação extensiva de gado, (ficaram à margem da atividade pecuária que não necessita de muitos trabalhadores) foram os mais hostilizados por ocuparem terras necessárias à expansão desses estabelecimentos e por transformarem em alvo o gado que ocupou suas áreas de caça. Mas, por outro lado, são os que mais guardaram do modo de vida tradicional. É o caso dos Krahô, Ramkokamekhrá, Pukobyê e Krikati;

b) Aqueles que, habitando a floresta, se viram diante de uma frente extrativa de um produto de alto valor comercial, ao inserirem-se nesta atividade, modificaram rapidamente sua cultura. É o caso dos Parkateyê, que, estabelecendo contato pacífico com os brancos, coletor de castanha-do-pará, somente por volta de 1955, têm hoje sua cultura indígena muito mais modificada do que os Timbira que estão há quase dois séculos em contato com as fazendas de gado;

c) aqueles que puderam participar da extração de um produto de valor comercial mediano, garantindo-lhes um suprimento de artigos industrializados não muito grande, mas constante, mantiveram boa parte de suas tradições, mas não tanto como os que estão ao lado da atividade pecuária; é o caso dos Apinayé, que extraem o coco babaçu, embora os Timbira das vizinhanças do rio Gurupi que participam da extração do óleo da copaíba estejam numa situação diferente, e pouco conhecida.

Assim até o início do século XIX, os grupos Timbira resistiram, por meio das armas, ao avanço desta frente de colonização sobre seus territórios. O século passado significou para os Timbira o início da convivência pacífica com os regionais; um período de «acordos» que iria caracterizar a relação entre ambos até meados deste século. Nesses acordos os índios davam permissão temporária para a internada do gado dos fazendeiros em suas terras em troca da doação de alguma cabeça de gado. Esse procedimento resultou na conseqüente invasão das terras indígenas, na depopulação drástica dos grupos e na diminuição crescente da caça disponível para a sua subsistência.

Atualmente, os territórios ocupados pelos Timbira são descontínuos, formando pequenas ilhas de terra que variam de 50 a 300 mil hectares cercadas ou invadidas por pequenas fazendas de criação de gado. Esses territórios estão localizados numa região onde os conflitos pela posse da terra são violentos. Desde as últimas décadas do século passado a região de Imperatriz, Araguaína e Marabá tem sido alvo de empreendimentos significativos e vultosos incentivos fiscais voltados à industrialização. A implantação do Programa Carajás trouxe alterações profundas na estrutura sócioeconômica da região. A principal é o crescimento demográfico, agravando os problemas de regularização fundiária, numa região já marcada por sérios e sistemáticos conflitos pela posse da terra. O nível destas tensões tem se acentuado com a desativação dos garimpos no sul do Pará. Para os Timbira este processo tem significado apenas a retaliação de seu território, agravado pela passagem de

circuitos de linhas de alta tensão da Eletronorte, de rodovias estaduais , municipais e federais, como a Transamazônica, que atravessa o território Apinajé. A maioria dos Timbira está ainda situada na área de influência da ferrovia Norte-Sul e da Ferro-Carajás. Com exceção dos Krahô, os demais grupos foram «beneficiários» de convênios firmados entre FUNAI, Eletronorte e CVRD.

As aldeias Timbira atuais:

Os Timbira (grupo Gê) somam atualmente uma população aproximada de 6 mil índios distribuídos em 28 aldeias vinculadas administrativamente às Regionais da FUNAI de Araguaína, Imperatriz, Barra do Corda e Marabá.

Timbira é o nome que designa um conjunto de grupos étnicos: Apaniekhrá (Canelas), Apinayé, Krahô, Krenyê, Krinkatí (Gaviões), Kokuiregatejê (Kukoikamekhrá), Parkateyê (Gaviões), Pukobyê (Gaviões), Ramkokamekhrá (Canelas). Não mais existem, pelo menos como grupos autônomos, os Kenkateyê (Canelas), Krepumkateyê, Krorekamekhrá, Põrekamekhrá, Txokamekhrá.

Curt Nimuendaju, o etnólogo pioneiro no estudo desses povos, admite que, o termo Timbira, se for de origem tupi pode significar "os amarrados" (*tin* = amarrar, *pi'ra* = passivo), uma referência às inúmeras fitas de palha ou faixas trançadas em algodão que usam sobre o corpo: na testa, no pescoço, nos braços, nos pulsos, abaixo dos joelhos, nos tornozelos. Mas vários desses grupos chamam a si mesmos de Mehím, cuja pronúncia e significado varia um pouco de um para outro.

Krahô: aldeias Pedra Branca, Pedra Furada, Manoel Alves, Riozinho, Forno Velho, Serra Grande, Santa Cruz, Cachoeira, Lagoinha, Rio Vermelho, Bacuri e Aldeia Nova. E a situação especial do Morro do Boi

Gavião-Pykobjê: aldeias Rubiácea, Riachinho e Governador.

Canela-Apãniekra: aldeia Porquinhos.

Apinajé: aldeias, S.José, Cocalinho, Mariazinha, Bonito, Botica e Riachinho, Patizal, Buriti Comprido.

Canela-Ramkokamekra: aldeia Escalvado.

Kricati: aldeia S. José e Raiz

Municípios

Estado do Tocantins: Goiatins, Itacajá, Tocantinópolis, Itaguatins e S. Bento.

Estado do Maranhão: Montes Altos, Sítio Novo, Amarante e Barra do Corda.

Uma aldeia (*krin*) Timbira é um grupo local autônomo, isto é, age politicamente e se apresenta frente as outras aldeias como unidade. Gerada por um processo de cisão que leva algumas famílias a se desligarem da aldeia-mãe, por razões diversas (em geral, por acusações de feitiçaria ou por fuxico das mulheres), a nova aldeia só alcança sua completa autonomia quando têm condições reais de realizar, sem concurso das demais, os rituais mais importantes do ciclo anual. Esta unidade do grupo local se manifesta ainda na chefia (o *pa'hi*, “chefe”, possui delegação dos grupos domésticos para decidir autonomamente sobre os interesses da aldeia) e na utilização exclusiva de uma porção do território para caça e coleta (o local de instalação de uma nova aldeia é em geral acertado com os membros remanescentes da aldeia original, de forma a não se sobrepor a seus territórios de caça, fonte constante de atritos entre as aldeias). Não existe nenhum outro poder acima das aldeias e que represente todas elas, como um conselho de chefes ou algo parecido.

É esta autonomia que permitiu a expansão, através das cisões de aldeias, do território Timbira e, atualmente o seu controle. Cada grupo, ao longo do tempo, vem respondendo de modo particular à acomodação em territórios confinados a que foram obrigados a viver a partir de meados do século passado. Os motivos que levaram os chamados Ramkokamekra e os Apãniekra, por exemplo, a se agruparem em uma única aldeia, e os Krahô a estarem em um contínuo processo de formação de novas “aldeias”, foge ao propósito desta justificativa, o que importa é a compreensão do sistema político Timbira, que se traduz na autonomia política de suas aldeias, mesmo daquelas integrantes de um mesmo povo.

Estas características, muitas vezes entendidas pelos leigos, como uma falta de união entre as aldeias é assim uma característica cultural fundamental deste Povo.

Desta apresentação dois pontos merecem atenção:

- a de que a Escola Timbira, deve ser entendida como uma estrutura básica que permita a mobilidade dos Timbira entre as

aldeias, mas que cada aldeia poderá organizar complementarmente novos materiais específicos.

- a de que as instâncias oficiais deverão compreender que sempre estarão surgindo novas aldeias, e, por outro lado, muitas outras serão abandonadas.

Situação atual da educação escolar Timbira:

O ensino do português escrito foi iniciado, de forma genérica, no século passado. Há registro, de que Frei Rafael de Taggia em 1841, em sua Missão na confluência dos rios Tocantins e do Sono, já mantinha entre os Krahô, uma escola para que aprendessem as primeiras letras e uma carpintaria para que aprendessem algum ofício, já que a lida agrícola não era bem aceita pelos índios. Desde essa época foram várias as tentativas para que os Timbira utilizassem a palavra escrita como forma de comunicação. Apesar do SPI ter como prioridade fundamental para sua política de integração do índio à civilização as atividades educativas, as experiências com a implantação de escolas foram assistemáticas e infrutíferas. Entretanto podíamos encontrar, ainda no final dos anos 70, alguns velhos que não só tinham uma fluência considerável no português oral, como faziam parte do insignificante grupo que sabia ler e escrever em português. Alguns destes velhos estudaram por períodos de tempo intermitentes, a expensas do SPI, fora da aldeia.

Esta política do SPI de preparo de lideranças não teve outros resultados que o reforço ou a legitimação do escolhido como liderança no trato com o branco. Não repercutiu no interior da comunidade. O aprendizado de uma habilidade escrita ficou, e continua em muitas das aldeias, a cargo de missionários protestantes, já agora na língua indígena, até que a FUNAI passa a implantar nas aldeias um sistema de assistência, onde a escola é contemplada. Entretanto os Timbira continuaram analfabetos. Os que se distinguem, se alfabetizando, o fazem individualmente e com um intuito particular de conseguir salário, quer vindo a ser empregado da FUNAI, ou informante dos antropólogos ou monitor dos missionários.

Os Timbira, de maneira geral, apesar de todos os esforços e da existência de alguns poucos tecnicamente alfabetizados, continuam sendo funcionalmente analfabetos. Funcionalmente analfabetos porque a leitura não se tornou ainda uma experiência

significativa, no sentido de uma ação reflexiva, que leve a um enriquecimento da experiência de vida.¹

Com exceção de algumas experiências isoladas o trabalho na área de educação tem sido pouco conduzido pela preocupação em pensar o papel da escola e da alfabetização frente às especificidades do cotidiano e da cultura do grupo, e aos seus interesses e expectativas. A organização da escola e o acompanhamento pedagógico tem considerado muito pouco em sua prática os aspectos da organização sócio-econômica dos Timbira, como por exemplo a profusão de seus rituais.

Os grupos Timbira tem se apropriado da escrita utilizando-a para manterem padrões de comportamento tradicionais discutindo implicitamente a “ineficácia” da alfabetização tal como a concebemos.

Atualmente, a situação das escolas nas aldeias Timbira é bastante diversificada: há escolas acompanhadas pelas secretarias estaduais de educação, outras que recebem o apoio dos municípios e da FUNAI e as escolas ou ações experimentais apoiadas pelo CTI.²

II - Proposta Pedagógica da Escola Timbira

Os dados aqui apresentados foram sistematizados na Reunião de Planejamento de 14 a 17 de março de 2000, realizada no Centro de Formação dos Professores Timbira *Pinxwyj Himpejã*, em Carolina-MA.³

1- Objetivos Gerais

Para que serve a Escola?

- Aprender a ler e escrever.
- Ter o conhecimento do mundo de fora.

¹ A respeito da função e o lugar da escrita (na língua e no português) entre os Timbira ver “*De bilhetes e diários: oralidade e escrita entre os Timbira*” Ladeira, M.Elisa, in Antropologia, História e Educação, SP editora Global, 2001.

² O CTI vem acompanhando diretamente 7 escolas: as 3 escolas das aldeias Krahô do Rio Vermelho, Cachoeira e aldeia Nova; as escolas das 3 aldeias Pykobjê, Riachinho, Rubiácea e Governador e a escola da única aldeia Apâniekra-Canela, a aldeia de Porquinhos. E vem acompanhando a situação das demais aldeias Timbira de forma assistemática, através da participação dos professores nos cursos ou na utilização dos materiais didáticos elaborados pelo CTI

³ Participaram desta Reunião os professores:

Krahô: Iramar, Iltan e Otamir (Aldeia Rio Vermelho); Sabino Cojam, PrumKwyj e Simão-convidado (Aldeia Nova); Gregório, Carlito e Getúlio-convidado (Aldeia Cachoeira); Rubens e Raimundinho (Aldeia Bacuri); Milton e Renilson – convidados (Aldeia Forno Velho); Adalto Krahô Gavião: Jonas e Boaventura (Governador); Pedro e Rosa (Rubiácea); Joel e Maria (Riachinho). Canela: Pihoc (Porquinhos)

- Aprender a elaborar um projeto.
- Conhecer as leis, os nossos direitos.

Em outras palavras que transmitam conhecimentos que:

- sejam adequados para encarar os desafios que os membros destas sociedades estão enfrentando em seu relacionamento com a sociedade nacional, fortalecendo-os politicamente.
- respondam às necessidades manifestadas pelos índios que querem saber e ver o que denominam o "mundo e o modo dos brancos".
- contribuam para valorizar os conhecimentos e as tradições sócio-culturais destes povos indígenas.

O que devemos ter cuidado quando pensamos na Escola?

- que a escola não atrapalhe as nossas tradições, o uso da nossa língua, o nosso modo próprio de vida.
- que a escola seja na aldeia para que a criança não saia para estudar na cidade.
- que a escola seja com modo e organização diferente das escolas do cupe

O que pensamos sobre a alfabetização na língua materna?

- Para isso é preciso discutir a unificação da grafia Timbira.
- A escrita da língua poderia servir para a comunicação interna entre os mehi.
- Não é através da escrita que uma língua se mantém.
- O que não pode acontecer é deixar de falar. É o mais importante.

Informações: Os diferentes grupos, Krahô, Apinajé, Apãniekra, Ramkokamekra, Pykobjê, Kricati, falam uma só língua, a Timbira, que pertence à família Jê, com algumas diferenças dialetais entre si. O dialeto mais divergente é o dos Apinayé, embora os demais Timbira não pareçam ter dificuldade em entendê-lo.

Também são os Apinayé os que mais divergem quanto à cultura. Como os únicos que ficam a oeste do Tocantins, são chamados de Timbira Ocidentais, em contraposição aos demais, os Timbira Orientais. Em qualquer dos povos Timbira da atualidade, os homens, além da língua indígena, falam fluentemente o português; as mulheres, mesmo quando não o falam, entendem. Não há informação sobre se os Krenyê e os Kokuiregatejê mantêm o uso da língua Timbira.

Atualmente há quantas grafias (para uma mesma Língua) quantos foram os linguistas, missionários, antropólogos que passaram por suas aldeias. Devido a presença missionária mais intensa em algumas áreas estes elaboraram uma grafia única para os Ramkokamekra e Apãniekra, e outra para os Kricati e Pykobjê. Há um descontentamento entre estes povos quanto ao uso de uma mesma grafia. Entre os Krahô, praticamente cada aldeia escreve a seu próprio modo. Houve na década de 1970 uma tentativa do Summer e FUNAI de “adaptar” a grafia, e o material para alfabetização na língua, elaborado para os Canela Ramkokamekra para os Krahô. Os Krahô rejeitaram o material e a grafia proposta.

Esta situação é resultado de uma política linguística oficial, propagada principalmente pelos missionários e linguistas, e repetido pelos educadores em geral, de que a grafia deve ser “o mais próximo possível da língua falada”, isto é fonetizada ao extremo. Até o momento, esta política vem sendo endossada pelos órgãos governamentais em seu afã de cumprir, através da produção de materiais didáticos “na Língua”, o “específico e diferenciado” garantido às escolas indígenas pela constituição de 1988. O problema não é a produção de materiais na língua indígena, mas é reduzir o “diferenciado” a esta produção, desconsiderando o processo de criação e seleção desta grafia.

Não vem sendo este o entendimento do CTI quanto a questão da grafia, a proposta de criação de uma grafia unificada é um processo longo e que vem sendo dificultado, na prática, pela implementação de materiais “na língua” pelas instâncias governamentais. De qualquer forma a proposta de uma grafia única é uma proposta do CTI e não dos professores Timbira, que ainda estão em discussão sobre a sua procedência.

2- Disciplinas e Grade Curricular

(a ser discutido em conjunto)

1- Estudos da Linguagem

- linguagem oral
- linguagem escrita
- sistema alfabético e ortografia
- leitura e escrita de textos
- pontuação
- análise linguística

2- Matemática

- números e operações numéricas
- sistemas de medidas
- geometria
- introdução à estatística

3 - Estudos da Sociedade e da Natureza

- cultura e diversidade cultural
- os seres humanos e o meio ambiente
- as atividades produtivas e as relações sociais
- as diferentes formas de organização social
- processos históricos de formação social

III -Estrutura e Funcionamento da Escola Timbira

1-Calendário

“Quando realizamos festas, corridas, pesca, caçada, trabalho na roça (plantio e colheita) não é possível dar aula, nossos alunos precisam acompanhar o movimento do Kri”(aldeia), diz Iramar Krahô, professor da aldeia Rio Vermelho

“O calendário não pode ser fixo, não deve ser marcado na folhinha, como querem os cupe”.

• **Proposta de 150 dias letivos divididos em 2 períodos: da seca e da chuva, com 75 dias letivos, em princípio, em cada período.**

1. O calendário de dias letivos obedece a divisão do tempo Timbira cujas atividades estão baseadas na divisão das estações do ano:

- seca – Amcrà Cator	-inverno – Tahtiw`yc
rituais	
- Jàt jõ pi	- Pohy jõ crow
-Wacm~eti	- Catamti
75 dias letivos	75 dias letivos

2. Esta decisão considerou também a relação de dias/aula dadas por um conjunto de professores Timbira ao longo de 4 anos de observação.⁴

Justificativa|:

Para os Timbira o tempo é visto como uma sequência de verão e inverno, ou melhor, da estação da seca (que compreende os meses de abril até setembro, aproximadamente) e da estação das chuvas (de outubro a março, aproximadamente). Estas duas estações regulam os dois períodos cerimoniais da vida social e o conjunto das atividades produtivas . Os ritos do ciclo anual e os ligados à iniciação têm uma época prevista para serem realizados dentro do período anual. Grande parte dos ritos ligados ao ciclo anual se concentram no período da estação das chuvas, enquanto a estação seca se reserva para a realização de um dos ritos ligados a iniciação.

As festas Timbira (*amji kin*, literalmente: “alegrar-se”) são relativas ao ciclo anual (festa do milho, da batata-doce, da mudança da estação do ano), à iniciação dos jovens, à regulamentação das relações de parentesco e interpessoais usando as relações entre os animais como paradigma (como a festa do peixe, do papa-mel, das máscaras), as festas relativas a assunção ou a entrega da dignidade de *vyty* (menino

⁴ Por exemplo , em 1999, o levantamento apontou :**Krahô**:Iramar (Rio Vermelho) 175 dias letivos;Iltan (Rio Vermelho) 58 dias letivos; Rubens(Bacuri) 180 dias letivos;Otamir (Rio Vermelho)174 dias letivos;Gregório (Cachoeira)146 dias letivos;Carlito(Cachoeira) 160 dias letivos;Cojam (Aldeia Nova) 6 dias letivos;Prum (Aldeia Nova)110.dias letivos**Gavião**:Joel (Riachinho)176 dias letivos; Maria(Riachinho) 175 dias letivos;Pedro(Rubiácea) 160 dias letivos;Jonas (Governador)176 dias letivos; Boaventura (Governador)176 dias letivos;**Canela**: Pi Hoc (Porquinhos)157 dias letivos;

ou menina ritualmente associado aos indivíduos do sexo oposto da aldeia) ou ainda as festas e pequenas cerimônias relativas ao ciclo vital de um indivíduo (fim de resguardo do casal pelo nascimento de filhos, ritos de reintrodução de alguém que ficou afastado por muito tempo do convívio na aldeia, por doença ou luto). Nestes dois últimos casos (*vyty* e ciclo vital), a responsabilidade pelo suprimento de comida e bens a aldeia é da casa de origem do homem ou mulher.

Estas festas exigem uma farta distribuição de alimentos, e hoje em dia algumas festas se prolongam em período de “latência” de vários meses até que a aldeia promotora possa providenciar comida e outros itens necessários para sua conclusão. Além da comida, são necessários miçangas e cortes de pano, que são oferecidos para os participantes das outras aldeias.

Cada festa é marcada pelo nome de uma tora de corrida específica e por cantos específicos — o que leva à conclusão que sem um “cantador” (*hapryrcaté*) que domine os cantos, não se pode realizar determinado ritual. As aldeias que se encontram nesta situação, superam o problema “contratando” um cantador de outra aldeia do próprio grupo ou de outra aldeia Timbira.

As festas marcam assim a solidariedade necessária ao convívio nas aldeias e são momentos onde se enfatizam as regras de comportamento. Os *amjkin*, além de proporcionar um momento de “alegria” e descontração (pois nestes momentos os jovens têm a oportunidade de conhecer mulheres de fora, e os homens e mulheres casadas, para experimentarem relações sexuais extramatrimoniais, porém permitidas), são fundamentais para a atualização da estrutura sociocultural e para o equilíbrio das relações internas.

Portanto, as “festas” preenchem o calendário anual das aldeias quase integralmente: sempre, em qualquer período do ano, uma aldeia estará preparando uma festa, executando outra ou aguardando condições para finalizar uma outra. Melatti (1978, Ritos de uma Tribo Timbira) inventariou cerca de quarenta ritos e situações cerimoniais no caso específico dos Krahô. O que pode ser considerado como procedente, com algumas variações, para os demais grupos Timbira

ATENÇÃO: Encontra-se nesta situação a impossibilidade de se manter, entre os Timbira, um mesmo número de dias letivos que aqueles determinados para as escolas oficiais brasileiras. A imposição deste perfil vem, justamente ameaçar o modo de vida

destes povos e o processo de socialização e transmissão de conhecimentos de suas crianças e jovens. Por outro lado considerar como dias letivos os dias de “ festa” nos parece escamotear a questão da necessidade de uma sistematicidade para o aprendizado das “coisas dos brancos”. Neste sentido é que a proposta de 150 dias letivos é resultado de uma avaliação real feita durante 4 anos pelo CTI junto a algumas escolas Timbira.

Bem como a compreensão de que não é possível, por parte das instâncias governamentais o controle tradicional dos dias letivos: Não há férias, nem sábados, nem domingos. Há um controle por parte da comunidade e do diário de classe dos professores de que em cada estação do ano (e o período ritual correspondente) deverá cumprir 75 dias de aula. Sem dúvida ele pode entrar no outro período devendo alguns dias ou mesmo já tendo ultrapassado a meta estipulada. Esta variação vai depender da situação de cada aldeia.

2- Classificação dos alunos.

Proposta :

- **A divisão não deve ser mais por série.**
- **Os alunos serão agrupados em quatro etapas no ensino fundamental:**

As escolas não são divididas em séries. Respeitar a diversidade dos alunos e os respectivos conhecimentos e vivências, e não somente os conteúdos escolares, fez com que fossem divididos em etapas.

1º ciclo que corresponderia a 1ª e 2ª séries **Pryre jarenxà** “Aprendendo sobre os bichos”

2º ciclo que corresponderia a 3ª e 4ª séries **Põ jarenxà** “Aprendendo sobre a chapada”

3º ciclo que corresponderia a 5ª e 6ª séries **Cupe jarenxà** “Aprendendo sobre o mundo do branco”

4º ciclo que corresponderia a 7ª e 8ª séries **Ampó jahcrepeixà** “Aprendendo sobre todas as coisas”

Os dois primeiros ciclos seriam dadas nas escolas das aldeias pelos professores Timbira. O 3º e 4º ciclo correspondem ao “Ginásio” no linguajar popular, seriam ministrados em um sistema de módulos na sede do Centro de Capacitação Pinxwji Himpejxá, por

professores com grau universitário, garantindo assim uma real qualidade no ensino. Esta situação poderia ser pensada como uma situação de transição, até o momento em que nas aldeias tivéssemos professores indígenas que se sentissem com condições reais de garantir o ensino destas etapas.

Esta deve ser uma proposta “de Ginásio” de acordo com Escola Timbira, direcionada a educação de uma comunidade, uma alternativa a aquela oferecida tradicionalmente nas cidades deve ser uma opção do aluno

Justificativa

Até o momento as escolas nas aldeias Timbira têm comportado, quando muito, as 4 primeiras séries do Ensino Fundamental. Alguns estudantes têm se dirigido às cidades próximas para estudarem no “ginásio”. Esta é uma situação delicada, não só pelos desgastes individuais e desajustes que acarretam, mas pela ineficácia do aprendizado e pela inadequação da proposta já que seu custo acaba sendo alto e os índices de repetência e evasão são significativos.

O sistema de módulos permitiria um rodízio de turmas no Centro e não afastaria os alunos das aldeias e de suas responsabilidades familiares por períodos muito longos. Lembramos que os alunos destas etapas são jovens que variam de 14/15 anos a 24/25 anos.

A experiência de implantação deste “Ginásio Indígena” pode ser uma referência para a implantação, no futuro, de um ensino médio para os Timbira.

3- Avaliação dos alunos

Proposta:

- **A avaliação é feita pela observação do professor no aprendizado do aluno e não por prova/nota.**
- **A avaliação seguindo o domínio dos materiais didáticos próprios, elaborados pelos professores Timbira.**
- **As instâncias governamentais, em suas visitas de acompanhamento as escolas das aldeias deverão discutir com os professores a avaliação de seus alunos.**

4- Conteúdos básicos e Materiais didáticos

A divisão por etapas com os respectivos materiais didáticos fica assim distribuída:

1º Ciclo – Pryre jarenxà “Aprendendo sobre os bichos”

Nossos Bichos 1 (em uso, concluído com o apoio da FUNAI)

Caderno Matemática 1 (em uso, concluído com o apoio do MEC)

Nossos Bichos 2 (em uso, concluído com o apoio da FUNAI,)

Caderno Matemática 2 (em uso, concluído com o apoio do MEC)

2º Ciclo – Põ jarenxà “Aprendendo sobre a chapada”

Nossos Frutos 1 (em fase de reajustes, em uso experimental)

Caderno de Matemática 3(em fase de reajustes, em uso experimental, solicitando apoio)

Estudando os Cerrados (em uso, concluído com o apoio do MEC)

Caderno de Matemática 4(em fase de reajustes, em uso experimental solicitando apoio)

Aprendendo Gramática 1 (a ser elaborado)

3º Ciclo – Cupe jarenxà “Aprendendo sobre o mundo do branco”

Estudando as Cidades (em fase de diagramação)

Caderno de Matemática 5 (ainda não elaborado, solicitando apoio)

Aprendendo Gramática 2 (ainda não elaborado)

Estudando a Nossa História (não elaborado, solicitando apoio)

Caderno de Matemática 6 (não elaborado, solicitando apoio)

4º Ciclo – Ampó jahcrepejxà “Aprendendo sobre todas as coisas”

Não estão decididos ainda quais os temas centrais desta etapa.
